



PROFISSÃO DOCENTE NO MEIO RURAL DE ITUMBIARA/GO: A ESCOLA MUNICIPAL QUIM MACHADO

Eleuza Aparecida de Souza Lopes (PG) - eleuzapsi@hotmail.com, **Flávio Reis dos Santos (PQ)**

Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade da Universidade Estadual de Goiás (PPGAS/UEG)

Resumo: A falta de preocupação com as realidades e particularidades das escolas do meio rural não têm sido consideradas pelos formuladores das políticas públicas de educação em nosso país, a não assistência à satisfação das necessidades educacionais dos povos do campo, decorre de uma concepção de que o campo representa o antigo, o passado, o atraso e a cidade expressa o novo, o presente, o futuro, o desenvolvimento, o que prejudica as populações que vivem no meio rural e carecem de uma educação pública de boa qualidade próxima ao seu local de morada. Boa parte das escolas rurais, ainda existentes em nosso país, são multisseriadas e os professores têm que se desdobrem para dar conta das diversidades, dificuldades e diferentes disciplinas e conteúdos que devem ser ministrados diariamente. Outro aspecto distorcido que caracteriza tais escolas é o desvio do campo de formação e o campo de atuação dos professores, pois frequentemente o professor formado em História leciona a disciplina de Literatura, por exemplo. Nesse contexto, estabelecemos como objetivo de nossa pesquisa averiguar a especificidade da formação acadêmica e as áreas de atuação dos professores que trabalham na Escola Municipal Quim Machado no município de Itumbiara/GO, na perspectiva de verificar se o contido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/1996 sobre a relação formação acadêmica e atuação docente é respeitada/atendida ou não.

Palavras-Chave: Educação Rural. Formação Docente. Trabalho Docente.

Introdução

A educação é uma política social de substancial importância para o sistema capitalista, pois contribui para a promoção das condições políticas fundamentais à realização do desenvolvimento econômico. Para que o desenvolvimento do meio rural se realize é necessária a implementação de “uma política educacional que atenda a sua diversidade e amplitude”, que atenda a população que habita o campo no processo de sua formulação, sendo considerada a sua realidade objetiva e voltada para o desenvolvimento do campo como parte componente do território brasileiro (FERNANDES, 2005, p. 3).

A luta em direção à formulação de políticas públicas de educação para os trabalhadores do meio rural em sua mais ampla diversidade – para os povos indígenas, as comunidades tradicionais e camponesas, as quilombolas, as de pequenos agricultores, as extrativistas, as de pescadores, as ribeirinhas, as de trabalhadores rurais assalariados, as de assentados e as de acampados à espera de assentamento – encontra as suas raízes na realização do I Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (ENERA) em julho de 1997, em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização das Nações Unidas para a



Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) caracterizou a inclusão e a manutenção da educação do campo na agenda política brasileira, reiteradas pela I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo (CNEC), realizada na cidade de Luziânia (GO), entre os dias 27 e 31 de julho de 1998 e, mais uma vez, contou com a parceria da UnB, do UNICEF, da UNESCO e da CNBB (SANTOS; BEZERRA NETO, 2017).

Esclarecemos que novos encontros e conferências se desdobraram a partir do I ENERA e da I CNEC, promovendo a articulação de diversos movimentos sociais do campo – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (RESAB), Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil (UNEFAB), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Conselho Indigenista Missionário (CIMI) dentre outros – resultando na constituição de um movimento nacional para a educação do campo em nosso país (SANTOS; BEZERRA NETO, 2017).

O Ministério Extraordinário de Política Fundiária – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) –, em abril de 1998, criou o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA – Portaria n. 10), aprovando seu Manual de Operações. Em 2001, o Programa foi incorporado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), por meio da Portaria n. 837, sendo aprovado um novo Manual de Operações. A educação do campo passou a ocupar, em definitivo, um espaço nas universidades públicas brasileiras.

Entretanto, a não preocupação com as particularidades das escolas do meio rural não têm sido levadas em conta pelos formuladores das políticas públicas de educação em nosso país, a não assistência à satisfação das necessidades educacionais dos povos do campo “em muito se deve à existência de uma concepção urbanocêntrica de mundo que é hegemônica e que inviabiliza as escolas do campo e sua importância” no mundo contemporâneo (HAGE; BARROS, 2010, p. 351).

Nesse sentido, optamos por concentrar os nossos esforços em averiguar a especificidade da formação acadêmica e as áreas de atuação dos professores que trabalham na Escola Municipal Quim Machado no município de Itumbiara/GO, na



perspectiva de verificar se o contido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/1996 e na legislação estadual e municipal sobre a relação formação acadêmica e atuação docente é respeitada/atendida ou não.

Material e Métodos

Em primeiro momento procedemos a uma revisão bibliográfica e documental, pois entendemos que oportuniza desenvolver a investigação a partir de trabalhos e estudos já realizados por outros pesquisadores, assim como concentra-se em dados obtidos a partir de documentos que registram fatos e/ou acontecimentos de uma determinada época e, nesse caso em específico, a analisar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/1996), a legislação estadual sobre a relação formação acadêmica e área de atuação docente, o Regimento da Rede Municipal de Ensino de Itumbiara, as pastas dos docentes, a Matriz e os Conteúdos Curriculares.

Por outro lado, por sua aplicação e eficácia em diferentes áreas do conhecimento e comprovadamente para a nossa investigação, utilizaremos como opção metodológica para a realização da pesquisa o estudo de caso, pois facilita descobrir novos dados e aspectos relevantes, relatar experiências, refletir, observar e analisar para organizar um relatório organizado e crítico (CHIZZOTTI, 2006); bem como estudar intensamente um ou poucos objetos possibilitando um vasto e pormenorizado conhecimento com o propósito de “proporcionar uma visão global do problema ou de identificar possíveis fatores que o influenciam ou são por ele influenciados” (GIL, 2007, p. 55).

Resultados e Discussão

A realidade que a caracteriza a educação para os sujeitos do campo é traduzida pela existência de aproximadamente 43 mil escolas multisseriadas, com professores que não possuem formações específicas para atuarem nas mais diversas áreas do conhecimento, explicitando a urgente necessidade da realização de um maior número de pesquisas acadêmico-científicas que venham contribuir para a implementação de políticas públicas centradas nessa temática, tendo em vista, “o cumprimento dos preceitos constitucionais e os marcos operacionais anunciados nas legislações que definem os parâmetros de qualidade do ensino público” (HAGE; BARROS, 2010, p. 352).



Para que pudéssemos compreender de forma mais clara e objetiva a situação da educação no meio rural brasileiro nos debruçamos sobre as realidades que caracterizam a Escola Municipal Quim Machado em Itumbiara/GO, mais exatamente, as realidades que envolvem os professores e alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, considerando que este nível de ensino requer formação universitária em áreas específicas do conhecimento.

Atualmente, a Escola Quim Machado é a única em atividade em Itumbiara, remanescente de um total de 14 escolas rurais desde o ano de 1995, que foram sistematicamente fechadas nas últimas décadas. Em nossas sondagens iniciais, observamos que as instalações físicas da unidade escolar foram edificadas em alvenaria e possui 11 salas de aulas, que atendem 11 turmas/classes da pré-escola ao 9º ano do ensino fundamental.

Considerações Finais

Podemos afirmar que existe uma grande dificuldade dos professores para empreender a organização pedagógica nas escolas multisseriadas, uma vez que se vêm na contingência de trabalhar “com a visão de junção de várias séries ao mesmo tempo e têm que elaborar tantos planos de ensino e estratégias de avaliação da aprendizagem diferenciadas quantas forem as séries” com as quais realizam as suas atividades docentes cotidianas, sobrecarregando em demasia, a já pesada carga de múltiplas atividades e funções (HAGE; BARROS, 2010, p. 354). As difíceis condições de trabalho dos professores das classes multisseriadas produzem o aumento da precarização da escola do campo.

Portanto, para alcançar sucesso na realização e desenvolvimento de uma atividade, especialmente, quando esta atividade se remete às questões educacionais, é imprescindível estabelecer uma direção a ser tomada, ou seja, é preciso definir uma metodologia que possa auxiliar na realização de tal atividade para atingir os fins determinados.

Por ser parte integrante desse contexto, entendemos que as realidades características da Escola Quim Machado, de seus professores, de sua estrutura curricular, das classes multisseriadas e dos estudantes do meio rural constituem relevante



objetos de estudos que merecem ser pesquisados na perspectiva de elucidar as inconsistências e distorções legais, bem como, expressar as condições da relação formação-acadêmica e atuação-docente em sala de sala, considerando-as para a realização das atividades educativas e educacionais no interior da sala de aula.

Referências

- BEZERRA NETO, L. **Sem-terra aprende e ensina**: estudo sobre as práticas educativas do movimento dos trabalhadores rurais. Campinas/SP: Autores Associados, 1999.
- BRASIL. **LDB n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: Presidência da República/Ministério da Educação, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lbd.pdf>>. Acesso em: 3 set. 2018.
- BRASIL. **Manual de Operações do PRONERA**. Brasília/DF: MDA/INCRA, 2012. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/media/servicos/publicacao/manuais_e_procedimentos/manual_de_operacoes_do_pronera_2012.pdf>. Acesso em: 2 set. 2017.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- FERNANDES, B. M. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. **I Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo**, set. 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaodocampo/artigo_bernardo.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2017.
- GIL, A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo; Atlas, 2007.
- HAGE, S. A. M.; BARROS, O. F. Currículo e educação do campo na Amazônia: referências para o debate sobre a multisseriação na escola do campo. **Espaço do Currículo**, v. 3, n. 1, mar./set. 2010. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rec/article/view/9097>>. Acesso em: 26 jun. 2017.
- SANTOS, F. R.; BEZERRA NETO, L. Movimentos sociais e políticas públicas de educação para as populações que habitam no meio rural. **Impulso**, v. 27, n. 70, set./dez. 2017. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/impulso/article/view/3365/2015>>. Acesso em: 13 fev. 2018.